

FUNAI nega autorização para equipe do CIMI
Trabalhar junto aos Waimiri e Atroari.

No dia 13/09/82 o presidente da FUNAI cel. Paulo Moreira Leal, em tom de desafio, falou em Brasília aos missionários Thomaz de Aquino Lisboa e Egydio Schwade que o pessoal do CIMI pedisse autorização para trabalhar em áreas indígenas, citando em particular as áreas Waimiri/Atroari e Yanomami; Falou ainda que a FUNAI estava necessitando de quem trabalhasse nas bases.

Conselho louvável, mas sobretudo para a FUNAI com meio milheiro de funcionários ociosos, só em Brasília e comandados pelo Cel. Paulo Leal. É claro que essa Fundação está necessitando de quem trabalhasse nas bases!

Quatro dias após a sugestão do Coronel, o CIMI-nacional encaminhou pedido de autorização para 4 membros seus trabalharem junto aos Waimiri/Atroari. A lista dos quatro incluía os dois missionários supracitados.

O pedido perambulou dois meses pela burocracia da FUNAI. Finalmente veio a resposta, no mínimo leviana, do Cel. Leal (Of. Nº 441/82), negando aos missionários a autorização de trabalhar junto aos Waimiri/Atroari, alegando:

a- desconhecer que o CIMI "desenvolva atividades ligadas à pesquisas etnográficas e linguísticas".

b- que o CIMI se mostrara "desfavorável à celebração de convênio com a FUNAI"

c- que "já existe técnico realizando estudos etnográficos e linguísticos dos povos Waimiri/Atroari, em perfeita consonância com os interesses da FUNAI". (Trata-se de um inglês, estudante de antropologia da UNB)

d- que " toda e qualquer atividade de pesquisa está disciplinada pelo Decreto Nº 65.057, de 26/08/69, ficando resguardado à FUNAI autorizar ou não o ingresso em área indígena".

O caráter leviano dessa negativa do Cel. Leal ao ingresso da equipe do CIMI na área Waimiri/Atroari, se torna evidente no correr dessas razões apresentadas.

O Coronel nega a autorização ao CIMI não porque desconheça que o CIMI desenvolva atividades ligadas à pesquisas etnográficas e linguísticas, mas exatamente porque o trabalho do CIMI parte do conhecimento e respeito da cultura indígena e objetiva a defesa de sua terra e autodeterminação como nações. Também é possível que o Cel. Leal só deixe a sua burocracia para visitar e conhecer trabalhos que visam a integração e o lento esmagamento das nações indígenas.

Por isso o trabalho do CIMI tem sido sempre perseguido pela FUNAI, inclusive pelo seu último presidente.

No que se refere a 2ª razão apresentada, ou seja, a questão dos convênios com a FUNAI, é preciso dizer que a FUNAI não é uma parceira adequada para a celebração de um convênio válido, a menos que ela desista de seus pressupostos autoritários.

Leia-se a propósito o supracitado decreto nº 65.057 de 26/Agos/69 e as repetidas afirmações de todos os seus presidentes, sem excluir o Cel. Leal.

O autoritarismo com que impõe a sua política, parte de que ela é a única a ditar as linhas da política indigenista brasileira. Em momento algum, missionários, antropólogos, indigenista e organismos interessados na causa indígenista tiveram condições sequer de um diálogo pari a pari: O caso Waimiri/Atroari; por sinal, está aí como um exemplo clássico.

Qualquer convênio celebrado em tais condições está viciado pela sua própria natureza, pois não apresenta as mínimas exigências de parceria.

O fato da FUNAI ter autorizado um técnico, "em perfeita consonância com os interesses da FUNAI a realizar estudos etnográficos e linguísticos", pode vir a confirmar mais uma vez a discriminação com que vem sendo tratados os cientistas e indigenistas brasileiros.

A propósito gostaria de lembrar, já não ao Cel. Leal, mas ao "técnico" em perfeita consonância com os interesses da FUNAI", mensagem da "Carta dos Direitos Humanos da Amazônia" assinada por 18 entidades reunidas em recente encontro em Belém (10-13/12/82):

"Os cientistas brasileiros e amazônidas não tem a liberdade de, sem interferência, sustentar opiniões e procurar, receber e transmitir informações e idéias. Recentemente, com a tomada de posição de antropólogos frente à política da FUNAI, estes sofreram ameaças e até perderam seus empregos. Geólogos que trabalhavam em projetos no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP), órgão ligado ao governo do Estado, foram despedidos de vido ao corte de verbas promovido pelo governo federal.

Enquanto os cientistas, os estudiosos dos mais variados temas da Amazônia sofrem perseguições, missões comprometidas com a pilhagem e a exploração dos amazônidas por aqui passam sem dar nenhuma satisfação, sem nenhum contato. A missão Jacques Corbeau é o mais recente exemplo. Foram quilômetros de filmes, pesquisas e levantamentos que serão fornecidos aos grandes grupos interessados na exploração das riquezas e dos trabalhadores".

Que a atividade do "técnico em perfeita consonância com os interesses" da FUNAI", não se transforme em cavalo de batalha da FUNAI ou em mais uma missão comprometida com a pilhagem e a exploração dos amazônidas" - no caso nações Waimiri/Atroari.

A 4ª razão para negar a autorização a equipe do CIMI, não é propriamente mais um motivo, e antes mais uma advertência ou ameaça do Cel. Leal, com - firma o autoritarismo desse órgão.

Acabo de chegar da reserva Waimiri/Atroari. E aproveito a oportunidade para denunciar à opinião pública que uma estrada, autorizada pelo Cel. Paulo Leal, está sendo construída em plena Reserva Waimiri/Atroari; favorecendo exclusivamente a mineradora Parapanema e aos que foram por ela subornados para prejudicar os índios.

200 homens estão rasgando a estrada, que já penetra 28 Km dentro do território Waimiri/Atroari. Além disso, a sede da mineração Taboca (Parapanema), numa parte da Reserva Indígena Waimiri/Atroari; anti-constitucionalmente alienada pelo Presidente Figueiredo, per orientação da FUNAI, em novembro/1981, em plena gestão do Cel. Paulo Leal. Ali há 1.500 homens, trabalhando dia e noite. Enquanto a estrada ainda não dá passagem, há pelo menos 10 aviões operando todo o dia no transporte do minério. No campo de pouso do Ig.

Sto. Antônio do Abonari, diante do portão do quartel do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, encontramos, no momento de nossa visita à Reserva Indígena, três aviões descarregando minério.

Mesmo ameaçados e discriminados pelo Cel. Paulo Moreira Leal e preteridos por ele a essa multidão de inimigos dos Waimiri/Atroari, a nossa equipe continuará prestando o apóio que estiver a nosso alcance às nações Waimiri/Atroari.

Egydio Schwade.

p/ eq. Past. INDig. Itacoatiara

OPERACAO ATROARIS

GUERRILHEIRO,
LE COM ATENCAO ESTA "MENSAGEM".
GUARDA ESTE DOLHETO COM CUIDADO.
ELE E O TEU PASSAPORTE PARA A VIDA.

ESTAS CERCADO.
TEUS MOMENTOS ESTAO CONTADOS.
VE NA OPERACAO ESBOCADA, QUE O TEU FUTURO
ESTA PROXIMO!

TEUS COMRANDEANTES ESTAO MORRENDO
E MESMO PODES SER FERIDO.
OS SOLDADOS E EQUIPOS - TEUS IRMAOS
ESTAO CADAVERES A TUOS PROXIMOS.

A AVIACAO DO EXERCITO VOA SEM CESSAR.
OLHA A BANDEIRA DE TEU PAIS
ES BRASILEIRO - LEMBRATE DISTO
REFLETE, PENSA BEM - O VERDADEIRO INIMIGO
PODE ESTAR A TEU LADO!

RECUBRA-O, APRISIONA-O, MATA-O
GEMAO - RENDE-TE
TEU PASSAPORTE: ESTA MENSAGEM
EUA RECOMPENSA: A VIDA
TEU FUTURO: PERDAO!

DO COMANDANTE DO TEATRO DE OPERACOES

O cel. Paulo Leal tem sido muito desleal para com a opinião pública, quando desmentiu recentemente (FSP-ESP (17/03/83)) que uma subsidiária do Grupo de Mineração Paranapanema esteja atuando na Reserva Indígena Waimirí/Atroarí. A menos que o Coronel não saiba que ambas as margens da BR-174 (Manaus-Caracarái), entre o rio Alalaú e o Igarapé Santo Antônio do Abonari, sejam ' área indígena Waimirí/Atroarí.

Acabo de chegar daquela reserva e constatei mais uma vez estrada vicinal daquela empresa com a exclusiva finalidade de exploração mineral penetrando mais de 30 Km pela Reserva Waimirí/Atroarí. Além do mais, só um funcionário da FUNAI cego ou mau caráter pode não enxergar a presença de um acampamento que dá cobertura àquele grupo empresarial situado há menos de 50 metros da BR-174 e aproximadamente 8 Km do Alalaú, em plena Reserva Waimirí/Atroarí.

Além do mais, deparamos com um acampamento do 6º BEC há 500 metros da aldeia Taquari, onde vive uma "comunidade (Waimiri) que está em fase primária", conforme afirmação do próprio Coronel. Assim que parafraseando as palavras do Presidente da FUNAI Cel. Leal: não só a presença de pesquisa mineralógica, mas também a presença do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, trarão implicações de ordem ecológica, econômica, antropológica e socio-cultural, àquela comunidade indígena em fase primária.

A presença desastrosa e irresponsável de 15 anos do 6º BEC e da FUNAI reduziu, nesse período, os Waimirí/Atroarí de 3.000 para 571.

Permitir depois dessa calamidade a presença de um acampamento de mais de 100 soldados e trabalhadores com mais de uma dezena de máquinas, quase no pátio da aldeia, ultrapassa a desonestidade.

Só podemos concluir de duas uma:

- Ou se deseja levar para aqueles índios "em fase primária" (FSP 17.3.83) alguma epidemia fatal, como a que lhes foi levada selhantemente há poucos meses e que dizimou mais de 50;
- Ou se deseja provocar aquela comunidade para um daqueles desafios, que já se tornaram clássicos da parte da política da FUNAI e do 6º BEC nestes, 15 anos de ocupação do seu território.

Não sabemos qual das duas tem trazido maior número de mortos às comunidades indígenas Waimirí/Atroarí.